



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 004/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1-Processo TCE nº 10027/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sra. Anete Peres Castro Pinto, Prefeita Municipal.

**6- Unidade Técnica:** DCAMI – Informação nº 16/2013 e Informação nº 36/2013.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 68/2013- DMP-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 708/720).

**8- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Exercício de 2011.  
Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a  
Desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, III, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à unanimidade, os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, em concordância parcial, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando a **DESAPROVAÇÃO** da Prestação de Contas da Sra Anete Peres Castro Pinto, Prefeita Municipal de Atalaia do Norte, exercício 2011, com fulcro no artigo 1º, inciso I, da Lei Estadual nº 2.423/1996;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 004/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**Processo TCE nº 10027/2012– FL.02.**

**10-Ata:** 18ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11-Data da Sessão:** 08 de maio de 2013.

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva(Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada) e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XEVIER DESTERRP E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Convocada

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro Convocado

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 1-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 004/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 004/2013)

**1-Processo TCE nº 10027/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sra. Anete Peres Castro Pinto, Prefeita Municipal e Ordenadora de despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DCAMI – Informação nº 16/2013 e Informação nº 36/2013.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 68/2013- DMP-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 708/720).

**8- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Exercício de 2011.  
Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte.

*Contas Irregulares. Alcance. Multas. Inabilitação da responsável para cargos públicos. Comunicação ao TRE. Recomendações. Determinações ao atual gestor e a DICAMI/Comissão de Inspeção. Ciência a Receita Federal e ao responsável.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, em concordância parcial, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1- Por entendimento unânime:**

**9.1.1- Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte, exercício de 2011,** de responsabilidade da senhora Anete Peres Castro Pinto, com fulcro artigos 1º, inciso II, 19, inciso II, 22, inciso III, alíneas “b” e “c” e 25, da Lei Estadual nº 2.423/1996;

**9.1.2- Dar ciência a Receita Federal do Brasil acerca das divergências constatadas no item 8,** da manifestação da Comissão de Inspeção da Dicami;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 004/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 004/2013)

**Processo TCE nº 10027/2012– FL.02.**

**9.1.3-** Julgar em alcance a senhora Anete Peres Castro Pinto no valor de total de R\$ 4.493.656,27, nos termos posto pela Comissão da Dicami (Informação Conclusiva), com as apreciações promovidas pelo Parquet e pelo Relator na fundamentação da peça Ministerial;

**9.1.4-** Julgar em alcance a senhora Anete Peres Castro Pinto no valor de total de R\$ 2.443.430,62, nos termos posto pela Comissão da Dicop (Relatório Conclusivo), folha 413, com as apreciações promovidas pelo Relator;

**9.1.5 Aplicar multa** à Ordenadora de Despesa, senhora Anete Peres Castro Pinto, conforme art. 308, incisos I, “b”, II, da Resolução 04/2002 c/c art. 54, inciso II, III e IV, da Lei 2423/96, conforme abaixo:

**a. R\$ 2.192,06 (dois mil cento e noventa e dois reais e seis centavos)**, pela sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal, no que se refere aos itens do Relatório da DICOP:

- (3.02.) – Projeto Básico, Termo de Contrato, Planilhas/Laudos de Medições/Termo de Recebimento (Lei nº 8.666/93), e Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho Regional de Engenharia CREA/AM (Lei nº 6.496/1977 c/c Resolução nº 1.025/2009 – CONFEA);

- (3.03.) – Projeto Básico, Termo de Contrato, Planilhas/Laudos de Medições/Termo de Recebimento (Lei nº 8.666/93), e Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho Regional de Engenharia CREA/AM (Lei nº 6.496/1977 c/c Resolução nº 1.025/2009 – CONFEA);

- (3.04.) – Projeto Básico, Termo de Contrato, Planilhas/Laudos de Medições/Termo de Recebimento (Lei nº 8.666/93), e Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho Regional de Engenharia CREA/AM (Lei nº 6.496/1977 c/c Resolução nº 1.025/2009 – CONFEA);

- (6.01.) – Laudo de Fiscalização (Lei nº 8.666/93).
- (6.02.) – Laudo de Fiscalização (Lei nº 8.666/93).
- (6.03.) – Laudo de Fiscalização (Lei nº 8.666/93).
- (6.04.) – Laudo de Fiscalização (Lei nº 8.666/93).

**b. R\$ 4.384,12 (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, por prática de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, devido às restrições não sanadas da Notificação nº 02/2012 – C/DCAMI (fls. 307/319).

**9.1.5-** Determinar que a senhora Anete Peres Castro Pinto, Prefeita Municipal e ordenadora de despesa à época, fique inabilitada por 05 (cinco) anos para o exercício de

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 004/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 004/2013)

**Processo TCE nº 10027/2012– FL.03.**

cargo de comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual, com fundamento no art. 56, da Lei nº 2.423/96-TCE;

**9.1.6-** Comunicar a decisão ao Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Amazonas, em razão do art. 1º, I, alínea “g”, da Lei Complementar nº 64, de 18/5/1990;

**9.1.7-** Promover as recomendações sugeridas nos Relatórios Conclusivos das Comissões de Inspeção in loco, folhas 327/415 e 438/490;

**9.1.8-** Determinar que o atual gestor da Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte promova a remessa dos processos administrativos que resultaram nas contratações temporárias atestadas pela Comissão de Inspeção in loco, nos termos do art. 71, III, da CR/88 c/c Resolução nº 04/1996;

**9.1.9-** Recomendar ao Poder Executivo Municipal a instituição de um controle interno efetivo, bem como a criação e realização de concurso público para o preenchimento de cargo de Contador e de Procurador;

**9.1.10-** Determinar que a comissão de inspeção *in loco* da Dcami, em 2013, verifique a veracidade do valor de R\$ 6.331.566,19, atribuído ao ativo imobilizado, referente aos exercícios anteriores a 2011;

**9.1.11-** Dar ciência desta decisão ao responsável;

**9.2- Por maioria, de acordo com o voto do Relator:**

**9.2.1- Aplicar multa** à Ordenadora de Despesa, senhora Anete Peres Castro Pinto, conforme art. 308, incisos I, “b”, II, da Resolução 04/2002 c/c art. 54, inciso II, III e IV, da Lei 2423/96, no valor de **R\$ 12.056,33 (doze mil cinqüenta e seis reais e trinta e três centavos)**, pelo atraso na remessa dos Registros Analíticos e Dados Informatizados, Demonstrativos Contábeis e Atos Jurídicos via sistema ACP/CAPTURA, nos meses de janeiro a novembro/11;

COMPETÊNCIA	PRAZO ENTREGA	DATA DE ENTRADA	DIAS DE ATRASO
Janeiro	15/4/2011	30/ 8/ 2011	136
Fevereiro	30/4/2011	30/ 8/ 2011	121
Março	30/5/2011	30/ 8/ 2011	91
Abril	29/6/2011	10/ 10/ 2011	102
Maio	30/7/2011	1/ 4/ 2012	245
Junho	29/8/2011	1/ 4/ 2012	215
Julho	29/9/2011	1/ 4/ 2012	184
Agosto	30/10/2011	1/ 4/ 2012	153
Setembro	29/11/2011	1/ 4/ 2012	123
Outubro	30/12/2011	1/ 4/ 2012	92
Novembro	29/1/2012	1/ 4/ 2012	62
Dezembro	31/3/2012	1/ 4/ 2012	0

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução n º 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 004/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 004/2013)

**Processo TCE nº 10027/2012– FL.04.**

*Vencido o Conselheiro Julio Cabral quanto ao acréscimo de multa no valor R\$ 2.192,06 pelo atraso nos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.*

*Vencido o Conselheiro Raimundo José Michiles quanto as ressalvas de convênios.*

*Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro contrário a aplicação de multa pelo atraso no ACP.*

**10-Ata:** 18ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11-Data da Sessão:** 08 de maio de 2013.

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva(Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada) e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XEVIER DESTERRP E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 3-AC-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM